

CONTRATO CEDAE N.º 089 /2019 (DFI)

que entre si celebram a COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE
e a TRANSFER EXAUSTOR LTDA.

A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE), sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, doravante denominada CEDAE, e a TRANSFER EXAUSTOR LTDA., sediada na Rua Ourique, n.º 276 – Penha, Rio de Janeiro - RJ, CEP n.º 21.011-130, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.752.008/0001-00, neste ato por meio de seu Sócio Administrador ao final assinado, Sr. MARCIO VIEGAS PEREIRA, brasileiro, engenheiro de operação mecânica, portador da Carteira de Identidade n.º 80-1-05515-7/D (CREA/RJ), inscrito no CPF sob o n.º 572.234.837-68, residente e domiciliado na Rua Senador Dantas, n.º 44, Centro - RJ, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo n.º E-07/100.654/2017, mediante Pregão Eletrônico n.º 302/2019, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual n.º 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal n.º 8.883/94 e da Lei Federal n.º 9.648/98, pela Lei Estadual n.º 287, de 04/12/79, Decreto Estadual n.º 3.149/80, Decreto Estadual n.º 42.063/2009, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a “AQUISIÇÃO DE EXAUSTOR INSUFLADOR DE AR”.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (UN)
01 (COTA PRINCIPAL)	EXAUSTOR INSUFLADOR PORTÁTIL, DIÂMETRO 150 MM, COM VAZÃO MÍNIMA: 2500M³/H.	25
2 (COTA RESERVADA)	EXAUSTOR INSUFLADOR PORTÁTIL, DIÂMETRO 150 MM, COM VAZÃO MÍNIMA: 2500M³/H.	08

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega efetuada de forma integral.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da CEDAE:

- efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;

d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 302/2019 e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.

b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;

c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;

d) responder pelo contrato na forma da lei.

e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;

f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propostos à **CEDAE** ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 44905214
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 151110011
Centro de Custos: DS03000000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000500

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 179.850,00** (cento e setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais), conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (UN)	PREÇO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL(R\$)
1 (COTA PRINCIPAL)	EXAUSTOR INSUFLADOR PORTÁTIL, DIÂMETRO 150 MM, COM VAZÃO MÍNIMA: 2500M³/H.	25	5.450,00	136.250,00
2 (COTA RESERVADA)	EXAUSTOR INSUFLADOR PORTÁTIL, DIÂMETRO 150 MM, COM VAZÃO MÍNIMA: 2500M³/H.	08	5.450,00	43.600,00
TOTAL:				179.850,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

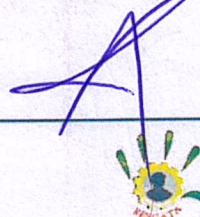
PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3.214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 179.850,00 (cento e setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais)**, em parcela única, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir **NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e**, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010.



PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: O valor das multas previstas na alínea "b", do item 18.1, e no item 18.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração

Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela CEDAE no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A CEDAE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da CONTRATADA poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da CEDAE, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a CONTRATADA a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CEDAE poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a CEDAE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

PARÁGRAFO ÚNICO: As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CEDAE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da CEDAE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou

e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.

Pela CEDAE:

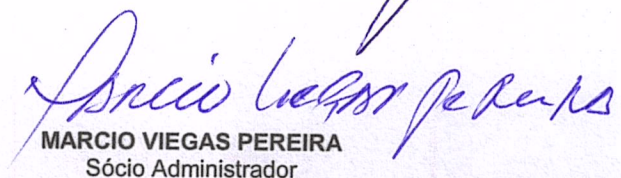


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente



JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela CONTRATADA:



MARCIO VIEGAS PEREIRA
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-TRANSFER-EXAUSTOR-ME-aquisição-de-exaustor-insuflador-de-ar-PE-302-2019-VBO

Id. 2172184.

Id: 2173166

I-I: 2472004

Id: 2172792

DESIGNA LEANOR TEIXEIRA PINTO, Engenheira C, como Presidente, **JOSE ANTONIO MARQUES FERREIRA**, Agente de Saneamento F e **LEOPOLDO MANHAES GAMA FILHO**, Técnico de Saneamento II, como membros titulares, e **CARLOS ANTONIO MONTEIRO DE MORAIS**, Agente de Saneamento G com membro suplente. Gerente do Contrato **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F, bem como **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Saneamento II, como membros para compor a Comissão de Fiscalização, referente à **ACQUIÇÃO DE EXAUSTORES INSULADOS** DE AR, de que trata o Processo nº E-07/100.654/2017. Ordem de Serviço P/FIS nº 23.132-00/2018.

PROC. Nº E-14/001.012243/2019 - JÉSSICA GUIMARÃES MORAES - DATA: 21.03.2019.

DEFIRO O PEDIDO DE DESLIGAMENTO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA, A CONTAR DAS DATAS RESPECTIVAMENTE ASSINALADAS.

DE 22.03.2019

PROC. Nº E-14/001.014760/2018 - ALEXANDRE FURTADO GONÇALVES JUNIOR - DATA: 07.03.2019.

PROC. Nº E-14/001.005390/2019 - MICHELLE LOBATO BORGES ALEXANDRE - DATA: 21.03.2019.

DEFIRO O PEDIDO DE DESLIGAMENTO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA, A CONTAR DAS DATAS RESPECTIVAMENTE ASSINALADAS.

Id: 2172719

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PÚBLICA
DESPACHOS DO PROCURADOR-CHEFE
DE 26.02.2019

PROC. Nº E-14/001.056672/2019 - PÂMELLA RODRIGUES DE CARVALHO - DATA: 25.02.2019.

PROC. Nº E-14/001.005731/2017 - FERNANDA SANTOS FERNANDES - DATA: 26.02.2019.

DEFIRO O PEDIDO DE DESLIGAMENTO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA, A CONTAR DAS DATAS RESPECTIVAMENTE ASSINALADAS.

DE 27.03.2019

PROC. Nº E-14/001.005720/2017 - BRUNO ROCHA VIVAS - DATA: 01.03.2019. DEFIRO o pedido de desligamento do Programa de Residência Jurídica, a contar da data respectivamente assinalada.

PROC. Nº E-14/001.000643/2018 - EDSON MOSQUERA DOS SANTOS - DATA: 12.03.2019. DECLARO desligado do Programa de Residência Jurídica por conclusão do período, a contar da data respectivamente assinalada.

Id: 2172720

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
COORDENADORIA DE ESTÁGIO E TREINAMENTO PROFISSIONAL
DESPACHOS DO COORDENADOR
DE 02.04.2019

PROC. Nº E-14/001.021942/2019 - ELISABETE VIEIRA LIMA - DATA: 01.04.2019. DEFIRO o pedido de Readmissão ao estágio a contar da data citada.

PROC. Nº E-14/001.113124/2018 - EVELLYN NASCIMENTO XAVIER DA SILVA - DATA: 02.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.013892/2018 - MARIANE NETO VELOZO - DATA: 01.04.2019.

DEFIRO os pedidos de interrupção do estágio a contar das datas citadas.

PROC. Nº E-14/001.112234/2018 - ANA CAROLINA BRASIL DIAS - DATA: 01.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.129259/2018 - GUILHERME PRADO NASCIMENTO RAMOS - DATA: 01.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.115993/2018 - JAQUELINE SILVA DE OLIVEIRA - DATA: 02.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.109361/2018 - JOAO PAULO MONTEIRO RODRIGUES LIMA - DATA: 03.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.121195/2018 - TARSIS FERNANDES PERES - DATA: 01.04.2019.

DEFIRO os pedidos de desligamento do estágio a contar das datas citadas.

PROC. Nº E-14/001.017030/2017 - ANELISE BARBOSA DA SILVA - DATA: 11.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.017466/2017 - ARTHUR SOUZA SILVA - DATA: 18.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.017459/2017 - DILÊA COSTA FALCÃO - DATA: 18.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.017465/2017 - FLAVIA MOURA MOTA - DATA: 18.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.016428/2017 - MARCUS VINICIUS ALVARENGA CESARIO - DATA: 10.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.017033/2017 - MATHEUS MENDES REIS - DATA: 11.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.017032/2017 - PATRICK EMANUEL SPILARI FERREIRA - DATA: 11.04.2019.

PROC. Nº E-14/001.017255/2017 - VICTOR HUGO SOUZA GOMES - DATA: 11.04.2019.

DECLARO DESLIGADOS do estágio, por conclusão do período, a contar das datas citadas.

PROC. Nº E-14/001.002228/2018 - MICHEL DOUGLAS SILVA MENDES - DATA: 02.04.2019. DESLIGUE-SE, por Descumprimento do Regulamento, a contar da data citada.

Id: 2172823

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA Nº 166/2017. PARTES: DETRAN/RJ e CLARO S.A. OBJETO: Rescindir unilateralmente o Contrato de Prestação de Serviços de Telefonia nº 166/2017, com base nas justificativas descritas no Processo Administrativo nº E-12/0514345/2017, com efeitos a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. DATA DA ASSINATURA: 01/04/2019. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 78, XII e 79, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Decreto Estadual nº 46.548/19. PROCESSO Nº E-12/06114345/2017.

Id: 2173023

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN/RJ NOTIFICA a empresa CLAUFRAN SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI CNPJ nº 23.526.753/0001-30, que a Diretoria de Administração e Finanças desta Autarquia acolheu e deu provimento ao recurso interposto, decidindo, assim, pela revogação da penalidade de multa administrativa de 1% do CPS nº 065/2018, publicada no D.O. de 11 de março de 2019, conforme apurado no P.A. nº E-12/0611405421/2018.

Id: 2173018

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com fulcro no art. 282 do Código de Trânsito Brasileiro e no art. 13 da Resolução nº 619/2016 do CONTRAN, depois de esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA os proprietários dos veículos, através da Ata nº 3.659, da AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO para, se desejarem, apresentarem defesa prévia e/ou a troca de real infrator no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da presente publicação, conforme Edital completo encontrado no endereço <http://multas.detrans.rj.gov.br/gaideweb2/notificacaoSemSucesso>, contendo lista com: Placa do veículo, Nº do Auto de Infração, data da infração, Artigo e código da infração. Caso o infrator não tenha sido identificado no momento da autuação, e tratando-se de infração de competência do condutor, para fins de pontuação, o proprietário do veículo deverá indicar o real infrator sob pena de ser considerado o responsável pela pontuação decorrente, nos termos do art. 257, § 7º e 8º da Lei Federal nº 9.503/97. Os formulários de defesa prévia e da apresentação do real infrator podem ser encontrados no site <http://www.detrans.rj.gov.br/documento.asp?cod=7648>.

Id: 2173019

VICE GOVERNADORIA DO ESTADO

FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/RJ torna pública que fará realizar no Portal Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA (www.compras.rj.gov.br) a licitação, abaixo mencionada:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019.

TIPO: Menor Preço Global.

DATA DA ABERTURA: 17/04/2019.

PRazo PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até 09 h, DATA E HORA PARA OFERECIMENTO DE LANCES: 11h do dia 17/04/2019.

LOCAL: www.compras.rj.gov.br

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios: café e açúcar.

VALOR ESTIMADO: R\$ 50.574,13.

PROCESSO Nº E-16/002/000844/2019.

O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: www.compras.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via em meio digital mediante a permuta de 02 (duas) resmas de papel A-4 - 75g/m² na Av. Presidente Vargas, 1.100 - 5º andar - Centro/RJ - Tel.: (21) 2332-5563.

Id: 2172722

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN/RJ, visando o cumprimento de suas normas internas de segurança, e de acordo com o que consta na Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pela Portaria Conjunta APERJ/DETRAN-RJ nº 24, de 05 de setembro de 2016, fará eliminar os documentos que se encontram sob a guarda desta Autarquia: Carteira de Identidade Base Integrada Extraviadas, com prazo de guarda vencido, Processo nº E-16/044/7/2019 e Carteira de Identidade Base Integrada Não Recebida, com prazo de guarda vencido, Processos nº E-16/044/8/2019; E-16/044/9/2019 e E-16/044/10/2019.

Id: 2173013

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPrensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 26/03/2019
PÁGINA 24 - 1ª COLUNA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Onde se lê: ...EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL...

Leia-se: ... EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 07/2019...

PROCESSO IO Nº E-12/079/856/2018

Id: 2173131

IMPrensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019.

PROCESSO Nº E-12/079/0298/2019

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de HDs SSD 240GB SATA III (240GB - Compatível com Windows 7 a 10), conforme especificado e quantificado na Proposta-Detanha (Anexo I) e Termo de Referência (Anexo VI).

DATA: 17/04/2019

HORÁRIO: 15:00 h

LOCAL: www.licitacoes.caixa.gov.br

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br

Id: 2173129

IMPrensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2019.

PROCESSO: Nº E-12/079/0261/2019.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços Técnicos de Medicina e Segurança do Trabalho e Higiene Ocupacional, de acordo com a Legislação Federal e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, conforme especificado e quantificado na Proposta-Detanha (Anexo I) e Termo de Referência (Anexo VI).

DATA: 17/04/2019

HORÁRIO: 10:00 h.

LOCAL: www.licitacoes.caixa.gov.br.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br

Id: 2173127

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 028/2019 (DF).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS.

PRazo: 06 (seis) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 44.220,00 (quarenta e quatro mil duzentos e vinte reais).

DATA DE ASSINATURA: 28/03/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.551/2018 (Ata de Registro de Preços nº 003/2018/247100-01 - PE nº 003/2017).

Id: 2172749

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 029/2019 (DF).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a TRANSFER EXAUSTOR LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EXAUSTOR INSULFADOR DE AR.

PRazo: 60 (sessenta) dias.

VALOR TOTAL: R\$ 179.850,00 (cento e setenta e nove mil oitocentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 28/03/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.854/2017 (Pregão Eletrônico nº 302/2019).

Id: 2172750

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 04 ao Contrato CEDAE nº 030/2016 (DH).

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE BARRA MANSA E VOLTA REDONDA - SINDPASS. OBJETO: Prolongação do prazo contratual.

PRazo: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 115.637,28 (cento e quinze mil seiscentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2019.

FUNDAMENTO: Processo nº E-17/100.137/2016 (Inexigibilidade de Licitação nº 003/2016 - DH).

Id: 2172748

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 304/2019 - ASL-DP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE HIDROXÍDO DE SÓDIO PARA AS ETAS QUANDO E LARANJAL.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe será realizada no dia 17/04/2019, às 11:00 horas no mesmo local anteriormente divulgado

Id: 2172972

Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 002/2019.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais e a empresa P&P TURISMO LTDA.

OBJETO: Contratação de serviços de agência de viagem, para atender a Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais.

PRazo: 12 (doze) meses a partir de 01/04/2019.

DATA DA ASSINATURA: 29/03/2019.

VALOR: R\$ 459.999,92 (quatrocentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93.

PROCESSO Nº SEI-15/001/002389/2019.

Id: 2172884

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2018.

PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais e a empresa VELOZ TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: Supressão quantitativa do Contrato, que passa a ter 03 (três) Vans, sem fornecimento de motoristas e sem fornecimento de combustível, para atender as demandas da Operação Barreira Fiscal.

PRazo: 10 (dez) meses, a contar 01/04/2019.

VALOR DO TERMO: (-) R\$ 101.727,50 (menos cento e um mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2019.

FUNDAMENTO: Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCESSO Nº E-15/001/1302/2017.

Id: 2172888

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/18

FICA REVOGADA a licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 018/18, referente à aquisição de material de consumo para atender as demandas desta Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, conforme Instrumento Convocatório, devidamente justificado no Processo Administrativo nº E-15/001/100040/2018.

FICA REVOGADA a licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 020/18, referente à aquisição de material de consumo para atender as demandas desta Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, conforme Instrumento Convocatório, devidamente justificado no Processo Administrativo nº E-15/001/100055/2018.

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS torna pública e para conhecimento dos interessados que, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2018-RJ, que objetiva a aquisição de 26 (vinte e seis) balões infláveis tipo blimp, para atender as demandas da Operação Lei Seca, na forma do Instrumento Convocatório, restou, pela segunda vez, FRACASSADA, tendo em vista a inabilitação das duas proponentes inscritas na presente licitação, devidamente justificado nos autos do Processo Administrativo nº E-15/001/497/2018.

Id: 2172899

Secretaria de Estado de Fazenda

JUNTA DE REVISÃO FISCAL

EDITAL

SORTEIO DA COMPOSIÇÃO DAS TURMAS DE JULGAMENTO DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL

A VICE-PRESIDENTE DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL, no uso de suas atribuições legais, torna público o sorteio a que alude o art. 16, da Resolução SER Nº 023, de 16 de maio de 2003, com redação dada pela Resolução SEFAZ Nº 771, de 24 de julho de 2014, que será realizado no dia 10 de abril de 2019, às 10h30min, nas dependências da Junta de Revisão Fiscal, da Secretaria de Estado de Fazenda, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 670, 16º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ.

Id: 2173064

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica AGETRANS/UERJ Nº 01/2019. PARTES: Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANSF e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. OBJETO: Serviços de assessoramento técnico Científico para Desenvolvimento dos Estudos de Avaliação do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato de Concessão de Barcas - 4º Revisão Quinquenal Ordinária da Tarifa, conforme plano de trabalho. VALOR: R\$ 87.584,74 (oitenta e sete mil quinhentos e oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos). DATA DA ASSINATURA: 28/03/2019. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93. PROCESSO Nº E-12/004.100130/2018.

Id: 2172912